

8.4 Componente Curricular: História

8.4.1 Apresentação do componente curricular

O ensino de História ao privilegiar a dimensão temporal da existência humana nos permite identificar, analisar e compreender os significados de diferentes objetos, lugares, circunstâncias, temporalidades, movimento de pessoas, coisas e saberes. É importante para a formação de nossos estudantes na medida em que contribui para se pensar e problematizar questões do tempo presente. Quando somos capazes de perceber nosso passado histórico, temos condições de agir sobre a realidade, dessa forma, o passado que deve impulsionar a dinâmica do ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental é aquele que dialoga com o presente.

A História é um conhecimento em constante construção e reconstrução feita pelos homens do presente e para os homens do presente e, portanto, carrega em si as marcas, experiências e valores de cada época. A produção do conhecimento Histórico se faz em diferentes linguagens, narrações sobre o mundo em que os indivíduos viveram e vivem, suas instituições e organizações sociais.

O processo de fazer História e de indagar sobre ela faz parte da constituição do sujeito e consequentemente permite o conhecimento do “Outro”, às vezes semelhantes, muitas vezes diferentes e se alarga ainda mais em direção ao conhecimento de outros povos, com seus usos e costumes específicos, chegando por fim ao mundo em constante movimento e transformação. Em meio a inúmeras combinações dessas variáveis – do Eu, do Outro e do Nós- inseridos em tempos e espaços específicos indivíduos produzem saberes que os tornam mais aptos para enfrentarem situações marcadas pelo conflito ou pela conciliação.

Entre os saberes produzidos, destaca-se a capacidade de comunicação e diálogo, instrumento necessário para o respeito à pluralidade cultural, social e política, bem como para o enfrentamento de circunstâncias marcadas pela tensão e pelo conflito. A lógica da palavra, da argumentação, é aquela que permite ao sujeito enfrentar os problemas e propor soluções com vistas à superação das contradições políticas, econômicas e sociais do mundo em que vivemos.

Para se pensar o ensino de História, é fundamental considerar a utilização de diferentes fontes e tipos de documento (escritos, iconográficos, materiais, imateriais) capazes de facilitar a compreensão da relação tempo e espaço e das relações sociais que os geraram.

Os registros e vestígios das mais diversas naturezas (mobiliário, instrumentos de trabalho, música etc.) deixados pelos indivíduos carregam em si mesmos a experiência humana, as formas específicas de produção, consumo e circulação, tanto de objetos quanto de saberes. Nessa dimensão, o objeto histórico transforma-se em exercício, em laboratório da memória voltado para a produção de um saber próprio da história.

A utilização de objetos materiais pode auxiliar o professor e os alunos a colocar em questão o significado das coisas do mundo, estimulando a produção do conhecimento histórico em âmbito escolar. Por meio dessa prática, docentes e discentes poderão desempenhar o papel de agentes do processo de ensino e aprendizagem, assumindo, ambos, uma “atitude historiadora” diante dos conteúdos propostos, no âmbito de um processo adequado ao Ensino Fundamental.

O Currículo Referência de História pretende estimular ações nas quais professores e estudantes sejam sujeitos do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, eles próprios devem assumir uma atitude historiadora diante dos conteúdos propostos no âmbito do Ensino Fundamental.

Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da BNCC e com as competências específicas da área de Ciências Humanas, o componente curricular História deve garantir aos alunos o desenvolvimento de competências específicas.

8.4.2 Competências específicas do componente

1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.
2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.
3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a

diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.

4. Identificar interpretações que expressam visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
5. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.
6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.
7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.

8.4.3 Relação do componente curricular com as concepções do Currículo de Minas Gerais

O ensino de História, ao trabalhar a dimensão da formação humana de maneira integral e integrada contribui para o desenvolvimento de sujeitos históricos capazes de lidar com as mais variadas e complexas situações buscando soluções de forma ética. Desenvolver o sentido da diferença do sujeito, do espaço, do tempo, da linguagem, da forma de ver o mundo e de dialogar é contribuir para a incorporação da alteridade e para o combate a um fenômeno atual que é o desaparecimento do contraditório. É preciso desenvolver nos estudantes o sentido da diferença, da semelhança e do afeto pelo outro. Nesse aspecto, o sujeito é considerado enquanto agente produtor de história e possuidor de capacidade de desenvolver habilidades e competências necessárias para a sua formação em diversas dimensões: ética, estética, política, espiritual, socioambiental, técnica e profissional.

O projeto educacional deve ser reformulado tendo em vista a implantação de um currículo integrado que contribua para a formação dentro da perspectiva histórico cultural, visando a autonomia, a apropriação crítica do conhecimento e da cultura. Nesse sentido torna-se necessária uma reformulação da escola de modo a adequar seu Projeto Político pedagógico às novas demandas educacionais e a buscar programas de planejamentos que levem em conta as diretrizes educativas expressas no Currículo de Minas Gerais.

É importante que o Projeto Político Pedagógico uma esforços coletivos em prol da modificação da realidade presente e que se aproxime das necessidades locais e específicas daquela comunidade em que a escola está inserida trazendo como meta o desenvolvimento da capacidade técnica, intelectual e socioemocional do estudante. Assim, será possível ir de encontro com as diretrizes do Currículo de nosso Estado dentro da perspectiva da Educação Integral e Integrada.

8.4.4 Especificidades do componente

Os processos de identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise de um objeto estimulam o pensamento permitindo aos estudantes a ampliação do conhecimento das coisas do mundo, incitando a produção do conhecimento histórico no âmbito escolar.

Nesse contexto, um dos importantes objetivos de História no Ensino Fundamental é estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas.

A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania.

A busca de autonomia também exige reconhecimento das etapas da História, a saber: a natureza compartilhada do sujeito e do objeto de conhecimento, o conceito de tempo histórico em seus diferentes ritmos e durações, a concepção de documento como suporte das relações sociais, as várias linguagens por meio das quais o ser humano se apropria do mundo. Enfim, percepções capazes de responder aos desafios da prática historiadora presente dentro e fora da sala de aula.

Por todas as razões apresentadas, espera-se que o conhecimento histórico seja tratado como uma forma de pensar, entre várias; uma forma de indagar sobre as coisas do passado e do presente, de construir explicações, desvendar significados, compor e decompor interpretações, em movimento contínuo ao longo do tempo e do espaço. Enfim, trata-se de transformar a história em ferramenta a serviço de um discernimento maior sobre as experiências humanas e as sociedades em que se vive.

8.4.5 Diretrizes para o ensino do componente

O ensino de História que durante muito tempo se ancorou em métodos de memorização passou por importantes reformulações ao longo do século XX buscando incorporar métodos ativos embasados na psicologia cognitiva. Rompendo com a antiga preocupação de aprimorar os métodos mnemônicos as propostas de renovação das práticas escolares passaram a se concentrar no desenvolvimento de técnicas que privilegiassem os mais diversificados recursos didáticos tais como jornais, revistas, atividades em grupos, discussão e comparação de textos evoluindo para trabalhos interdisciplinares, debates, uso de filmes, peças teatrais nos quais, para além do método, passou a se pensar a função social e política da História.

A partir da segunda metade da década de 1990, com a produção dos Parâmetros Curriculares Nacionais é possível perceber importantes mudanças no currículo de História que buscam um aprendizado mais significativo indo de encontro com o mundo tecnológico, marcado pela grande circulação de informação, pelo intenso sistema dos meios de comunicação, pelas novas relações sociais e de trabalho que cada vez mais exigem indivíduos autônomos, com habilidades de mobilizar conhecimentos para atuar no mundo em que se vive e com capacidade socioemocional para o exercício da empatia, do reconhecimento da alteridade e respeito ao outro.

Nesse caminho, as propostas curriculares atuais têm abandonado o foco somente no ensino, para centrar-se na relação entre ensino e aprendizagem visando a aquisição de valores, habilidades e competências. Em História, avança-se para o trabalho com os mais variados recursos mobilizando a capacidade de comparar épocas diferentes, de dominar conceitos e informações, analisar tabelas, gráficos, mapas e interpretar textos.

De uma História que durante muito tempo serviu como meio para legitimar o passado e contribuir para a formação do Estado-Nação, observa-se atualmente um estudo que visa a construção de identidades plurais, voltada para o exercício da cidadania, para a formação intelectual, ao contribuir com o desenvolvimento do espírito crítico e a capacidade de compreender diversas relações entre passado, presente e futuro percebendo as diferenças e semelhanças e a diversidade de acontecimentos em diferentes contextos. Busca-se, em consonância com os PCNs, uma formação humanística fundamentada nas singularidades e no respeito pelas diferenças étnicas, religiosas, sexuais, culturais, o aprimoramento de uma consciência universal sobre os direitos humanos (direitos sociais, políticos e civis).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 legislação que regulamenta o sistema educacional no Brasil estabelece enquanto responsabilidade da União, Estados e Municípios a elaboração de diretrizes e definição de conteúdos a serem estudados tendo em vista problemáticas do mundo contemporâneo, o respeito à diversidade, a promoção de inclusão social bem como o alinhamento da educação nacional a uma base comum de referência.

Em cumprimento às propostas de respeito à diversidade presentes na LDB a Lei nº 10.639/03 vem estabelecer a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio sendo complementada pelo Parecer do CNE/CP 03/2004 que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas e a Resolução CNE/CP 01/2004, que detalha os direitos e as obrigações dos entes federados ante a implementação da lei compõem um conjunto de dispositivos legais considerados como indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas, desencadeada a partir dos anos 2000. Ainda nesse contexto foi aprovada a Lei n.º 11.645/2008 estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura dos povos indígenas do Brasil.

Nesse sentido, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular homologada em 2017, o Referencial Curricular de Minas Gerais realiza uma abordagem que leva em consideração a nossa pluralidade cultural e étnica, e que se pauta no desenvolvimento de habilidades que permitam a contribuir para a formação de atitudes éticas, de respeito e valorização do outro. Nessa perspectiva, no componente Curricular História, as temáticas e objetos de conhecimentos propostos permitem uma adequação as mais diferentes realidades e contextos escolares brasileiros sendo flexíveis e permitindo assim, uma conformação às diversas modalidades de ensino presentes em nosso sistema educacional como Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação de Jovens e adultos. Educação do Campo, Educação Especial e Educação a Distância.

Ao estimular a aproximação do estudo de História com o contexto no qual estão inseridos nossos estudantes permitindo a vivência e valorização de sua identidade, da identidade coletiva e da relação entre diversos sujeitos no tempo e no espaço, nosso referencial curricular contribui para a construção do conhecimento e a utilização deste enquanto ferramenta para a compreensão e alteração da sociedade em que se vive.

8.4.6 O componente curricular nos anos iniciais e nos anos finais do Ensino Fundamental

O currículo de História no Ensino Fundamental – Anos Iniciais contempla, antes de mais nada, a construção do sujeito. O processo tem início quando a criança toma consciência da existência de um “Eu” e de um “Outro”. O exercício de separação dos sujeitos é um método de conhecimento, uma maneira pela qual o indivíduo toma consciência de si, desenvolvendo a capacidade de administrar a sua vontade de maneira autônoma, como parte de uma família, uma comunidade e um corpo social.

Esse processo de constituição do sujeito é longo e complexo. Os indivíduos desenvolvem a percepção de si e do outro em meio a vivências cotidianas, identificando o seu lugar na família, na escola e no espaço em que vivem. O aprendizado, ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, torna-se mais complexo à medida que o sujeito reconhece que existe um “Outro” e que cada um apreende o mundo de forma particular. A percepção da distância entre objeto e pensamento é um passo necessário para a autonomia do sujeito, tomado como produtor de diferentes linguagens. É ela que funda a relação do sujeito com a sociedade. Nesse sentido, a História depende das linguagens com as quais os seres humanos se comunicam, entram em conflito e negociam.

A existência de diferentes linguagens pode ser explicada pela análise, por exemplo, de sistemas numéricos utilizados por distintas culturas. Não são apenas os sistemas numéricos que explicam variações de linguagem. Existem inúmeras maneiras de se comunicar por meio de expressões corporais, sonoras ou gustativas. Essas descobertas simples resultam em um aprimoramento dos mecanismos de comunicação e se constituem, posteriormente, no substrato para a elaboração do diálogo e da resolução de conflitos.

O processo de ensino e aprendizagem da História no Ensino Fundamental – Anos Finais está pautado por três procedimentos básicos:

1. pela identificação dos eventos considerados importantes na história do Ocidente (África, Europa, Ásia e América, especialmente o Brasil), ordenando-os de forma cronológica e localizando-os no espaço geográfico;

2. pelo desenvolvimento das condições necessárias para que os estudantes selecionem, compreendam e reflitam sobre os significados da produção, circulação e utilização de documentos (materiais ou imateriais), elaborando críticas sobre formas já consolidadas de registro e de memória, por meio de uma ou várias linguagens;

3. pelo reconhecimento e pela interpretação de diferentes versões de um mesmo fenômeno, reconhecendo as hipóteses e avaliando os argumentos apresentados com vistas ao desenvolvimento de habilidades necessárias para a elaboração de proposições próprias.

O primeiro procedimento implica o uso de uma forma de registro de memória, a cronológica, constituída por meio de uma seleção de eventos históricos consolidados na cultura historiográfica contemporânea. A cronologia deve ser pensada como um instrumento compartilhado por professores de História com vistas à problematização da proposta, justificação do sentido (contido no sequenciamento) e discussão dos significados dos eventos selecionados por diferentes culturas e sociedades. O ensino de História se justifica na relação do presente com o passado, valorizando o tempo vivido pelo estudante e seu protagonismo, para que ele possa participar ativamente da construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

A sistematização dos eventos é consoante com as noções de tempo (medida e datação) e de espaço (concebido como lugar produzido pelo ser humano em sua relação com a natureza). Os eventos selecionados permitem a constituição de uma visão global da história, palco das relações entre o Brasil, a Europa, o restante da América, a África, a Ásia e outros espaços ao longo dos séculos. A valorização da história da África e das culturas afro-brasileira e indígena (Lei nº 10.639/200349 e Lei nº 11.645/200850) ganha realce não apenas em razão do tema da escravidão, mas, especialmente, por se levar em conta a história e os saberes produzidos por essas populações ao longo de sua duração. Ao mesmo tempo, são objetos de conhecimento os processos de inclusão/exclusão dessas populações nas recém-formadas nações do Brasil e da América ao longo dos séculos XIX e XX.

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental dá-se ênfase na dimensão espacial e temporal vinculada à mobilidade das populações e suas diferentes formas de inserção ou marginalização nas sociedades estudadas. Propõe-se, assim, o desenvolvimento de habilidades com um maior número de variáveis, tais como contextualização, comparação, interpretação e proposição de soluções.

A presença de diferentes sujeitos ganha maior amplitude ao se analisarem processos históricos complexos ocorridos em espaços, tempos e culturas variadas. As mesclas entre as histórias da América, da África, da Europa e de outros continentes apresentam diferentes níveis de elaboração ao serem trazidos à tona rupturas, permanências e movimentos de população e mercadorias, mediados por distintas estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais.

O segundo procedimento diz respeito à escolha de fontes e documentos. O exercício de transformar um objeto em documento é prerrogativa do sujeito que o observa e o interroga para desvendar a sociedade que o produziu. O documento, para o historiador, é o campo da produção do conhecimento histórico; portanto, é esta a atividade mais importante a ser desenvolvida com os alunos. Os documentos são portadores de sentido, apresentando mediações entre o que é visível (pedra, por exemplo) e o que é invisível (amuleto, por exemplo), permitindo ao sujeito formular problemas e colocar em questão a sociedade que os produziu.

O terceiro procedimento envolve a escolha de duas ou mais proposições que analisam um mesmo tema ou problema por ângulos diferentes. É importante descrever, explicar e interpretar a história por meio de perguntas, indagações e questionamentos que constroem a história da humanidade. Dessa forma, quanto mais o professor dialogar e interagir com os estudantes, terá maior clareza sobre o que oferecer para assegurar o bom andamento das aulas, reconhecendo as diversidades do grupo, pois:

[...] é importante que o professor crie situações rotineiras, nas suas aulas, de atitudes questionadoras diante dos acontecimentos e das ações dos sujeitos históricos, possibilitando que sejam interpretados e compreendidos a partir das relações (de contradições ou de identidade) que estabelecem com outros sujeitos e outros acontecimentos do seu próprio tempo e de outros tempos e lugares, isto é, relações que estabelecem por suas semelhanças, suas diferenças, suas proximidades, suas dependências, suas continuidades. (PCN. História, Geografia. 1997)

8.4.7 As Unidades Temáticas do componente nos Anos Iniciais e nos Anos Finais do Ensino Fundamental

Ao adotar o estudo de História por meio de unidades temáticas, parte-se do princípio de que a História ensinada é fruto de recortes que dependem de problemáticas do presente.

Nesse sentido, ao constatar a impossibilidade de ensinar “toda a História da humanidade”, busca-se um currículo com maior flexibilidade permitindo a adequação em diferentes situações escolares bem como a articulação aos mais variados temas transversais. O tema gerador é, portanto, um meio para se estabelecer e ordenar outros temas sendo assim mais abrangentes tanto no tempo como no espaço. O que não se pode é perder a historicidade, a totalidade e a tensionalidade do fato, apesar de não se estudar toda a História da humanidade.

Aprender a identificar códigos variados é tarefa necessária para o desenvolvimento da cognição, comunicação e socialização, competências essenciais para o viver em sociedade.

A respeito das grandes temáticas do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, pode-se dizer que, do 1º ao 5º ano, as habilidades trabalham com diferentes graus de complexidade, mas o objetivo primordial é o reconhecimento do “Eu”, do “Outro” e do “Nós”. Há uma ampliação de escala e de percepção, mas o que se busca, de início, é o conhecimento de si, das referências imediatas do círculo pessoal, da noção de comunidade e da vida em sociedade. Em seguida, por meio da relação diferenciada entre sujeitos e objetos, é possível separar o “Eu” do “Outro”. Esse é o ponto de partida.

No 3º e no 4º ano contemplam-se a noção de lugar em que se vive e as dinâmicas em torno da cidade, com ênfase nas diferenciações entre a vida privada e a vida pública, a urbana e a rural. Nesse momento, também são analisados processos mais longínquos na escala temporal, como a circulação dos primeiros grupos humanos.

Essa análise se amplia no 5º ano, cuja ênfase está em pensar a diversidade dos povos e culturas e suas formas de organização. A noção de cidadania, com direitos e deveres, e o reconhecimento da diversidade das sociedades pressupõem uma educação que estimule o convívio e o respeito entre os povos.

Para evitar uma visão homogênea, busca-se observar que, no interior de uma sociedade, há formas de registros variados, e que cada grupo produz suas memórias como elemento que impulsiona o estabelecimento de identidades e o reconhecimento de pertencimento a um grupo social determinado. As memórias podem ser individuais ou coletivas e podem ter significações variadas, inserindo-se em uma lógica de produção de patrimônios (materiais ou imateriais) que dizem respeito a grupos ou povos específicos. E, é preciso compreender que a História é resultado da construção de uma memória coletiva em disputa pelos diversos grupos sociais.

Convém observar que é pressuposto dos objetos de conhecimento, no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, analisar como o sujeito se aprimorou na *pólis*, tanto do ponto de vista político quanto ético. Entretanto, respondendo aos desafios contemporâneos marcados por grandes movimentos populacionais e pela globalização, considerou-se uma nova dimensão para o projeto pedagógico.

Nessa perspectiva, emerge um sujeito coletivo mais desenraizado, seja por contingências históricas (migrações), seja, ainda, em razão de viver em uma época em que se buscam múltiplos referenciais identitários que questionam as antigas construções do ideário do Estado-nação. Seja como for, em ambos os casos, os indivíduos devem se preparar para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

As Unidades temáticas enunciadas na BNCC e no Componente Curricular de História, do 6º ao 9º ano, são, resumidamente, as seguintes:

No 6º ano, contempla-se uma reflexão sobre a História e suas formas de registros com a discussão dos procedimentos próprios da História, o registro das primeiras sociedades e a construção da Antiguidade Clássica, com a necessária contraposição com outras sociedades e concepções de mundo. No mesmo ano, avança-se ao período medieval na Europa e às formas de organização social e cultural em partes da África.

No 7º ano, as conexões entre Europa, América e África são ampliadas. São debatidos aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais ocorridos a partir do final do século XV até o final do século XVIII.

No 8º ano, o tema é o século XIX e a conformação histórica do mundo contemporâneo. Destacam-se os múltiplos processos que desencadearam as independências nas Américas, com ênfase no processo brasileiro e seus desdobramentos. África, Ásia e Europa são objetos de conhecimento, com destaque para o nacionalismo, o imperialismo e as resistências a esses discursos e práticas.

No 9º ano, aborda-se a história republicana do Brasil até os tempos atuais, incluindo as mudanças ocorridas após a Constituição de 1988, e o protagonismo de diferentes grupos e sujeitos históricos na construção da democracia. O estudo dos conflitos mundiais e nacionais, da Primeira e da Segunda Guerra, do nazismo, do fascismo, da guerra da Palestina, do colonialismo e da Revolução Russa, entre outros, permite uma compreensão circunstanciada das razões que presidiram a criação da ONU e explicam a importância do

debate sobre Direitos Humanos, com a ênfase nas diversidades identitárias, especialmente na atualidade. Do ponto de vista mais geral, a abordagem se vincula aos processos europeus, africanos, asiáticos e latino-americanos dos séculos XX e XXI, reconhecendo-se especificidades e aproximações entre diversos eventos, incluindo a história recente.

8.4.8 Avaliação

A proposta é adotar novas concepções e práticas de avaliação. A avaliação é concebida como um processo que implica diagnóstico, acompanhamento, busca de superação das dificuldades através de intervenções pedagógicas, ao longo do ano letivo, para garantir a aprendizagem no tempo certo e não apenas provas e testes para medir o desempenho final dos estudantes. Isso significa compreender a avaliação como parte do próprio processo de aprendizagem, constituindo-se num grande desafio não só para os professores de História, mas para o conjunto dos professores de uma mesma escola.

A proposta de avaliação considera as habilidades a serem desenvolvidas em cada ano de escolaridade. O desenvolvimento do raciocínio histórico, da perspectiva temporal e da investigação servirão de parâmetro para a avaliação do desenvolvimento cognitivo dos estudantes. No entanto, é necessário que o professor esteja atento ao fato de que muitas das capacidades requeridas para o desenvolvimento do raciocínio histórico e da cidadania só serão consolidadas no decorrer de um período maior, exigindo persistência no trabalho com um núcleo comum de habilidades e atitudes por meio de estratégias de ensino e de avaliação, que estabeleçam diferentes graus de complexidade ao longo do Ensino Fundamental.

O desenvolvimento do raciocínio histórico supõe a ampliação das capacidades de leitura e interpretação de informações de diferentes fontes históricas, a identificação de fatos principais, o estabelecimento de relações entre fatores, a construção de argumentações com base em dados e interpretações históricas diversas, a elaboração de ideias-síntese, assim como aprender a lidar com diferentes dimensões da temporalidade histórica. O desenvolvimento dessas capacidades requer dos professores um trabalho cuidadoso, sistemático e muita sensibilidade às diferenças de ritmo de aprendizagem dos seus alunos.

Conforme estabelece a Resolução SEE/MG nº 2197/2012,

Art. 69- A avaliação da aprendizagem dos alunos, realizada pelos professores, em conjunto com toda a equipe pedagógica da escola, parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, redimensionadora da ação pedagógica, deve:

I - assumir um caráter processual, formativo e participativo;

II - ser contínua, cumulativa e diagnóstica;

III - utilizar vários instrumentos, recursos e procedimentos;

IV - fazer prevalecer os aspectos qualitativos do aprendizado do aluno sobre os quantitativos;

V - assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo;

VI - prover, obrigatoriamente, intervenções pedagógicas, ao longo do ano letivo, para garantir a aprendizagem no tempo certo;

VII - assegurar tempos e espaços de reposição de temas ou tópicos dos Componentes Curriculares, ao longo do ano letivo, aos alunos com frequência insuficiente;

VIII - possibilitar a aceleração de estudos para os alunos com distorção idade ano de escolaridade.

As novas propostas de ensino-aprendizagem visam superar a aula puramente expositiva; valoriza aulas dialogadas, com questões e problemas que demandam a observação, o estabelecimento de relações e atitudes de pensar e descobrir.

Essas estratégias permitem a exposição de pontos de vista diferentes e exigem a formação de atitudes que vão desde o respeito à diversidade de opiniões, a capacidade de ouvir e levar em conta o argumento do outro, à colaboração na feitura de trabalhos coletivos. Os instrumentos de avaliação propostos visam contemplar aspectos e atitudes de educação histórica na esfera da sociabilidade dos alunos, dando especial atenção ao desenvolvimento de compromisso com o seu grupo, com a comunidade escolar, assim como com o patrimônio histórico e cultural local, do País e do mundo.

Prevê-se que a avaliação inclua os diversos instrumentos, além das provas, as observações e registros dos professores, atividades em grupos e individuais, permitindo acompanhar através de fichas individuais o desenvolvimento das habilidades de raciocínio, o processo de construção pelos estudantes, assim como incentivar a construção pelos alunos de trabalhos (portfólios, memorial) e projetos (comunitários e sociais) que propiciem a formação da autonomia e reflexão sobre o processo de construção do saber histórico e do sentido desse conhecimento para suas vidas inseridos na comunidade e no mundo do trabalho. Como evidencia a Resolução 2.197/12:

Art. 70 Na avaliação da aprendizagem, a Escola deverá utilizar procedimentos, recursos de acessibilidade e instrumentos diversos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes, questionários, adequando-os à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando e utilizando a coleta de informações sobre a aprendizagem dos alunos como diagnóstico para as intervenções pedagógicas necessárias.

Parágrafo único. As formas e procedimentos utilizados pela Escola para diagnosticar, acompanhar e intervir, pedagogicamente, no processo de aprendizagem dos alunos, devem expressar, com clareza, o que é esperado do educando em relação à sua aprendizagem e ao que foi realizado pela Escola, devendo ser registrados para subsidiar as decisões e informações sobre sua vida escolar.

A nova proposta de avaliação apresenta-se para professores e alunos, como um instrumento de aprendizagem, de investigação, de diagnóstico da aprendizagem, de subsídio para a intervenção pedagógica e de formação contínua, e isso representa uma mudança significativa na cultura e práticas escolares.

8.4.9 Referências Bibliográficas

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.). **Ensino de História**: conceitos, temáticas e metodologias. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 55-81.

BANDEIRA DE MELO, Ciro Flávio C.B. **Senhores da História e do esquecimento**: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX. São Paulo: USP, 1997. (Tese de doutoramento).

BAUMAN, Zygmund. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

BENDIX, R. **Construção nacional e cidadania**. São Paulo: EDUSP, 1996.

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1993 (Tese de doutoramento).

_____. **Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana**. Revista Brasileira de História, vol. 13, nº 26 (1993), p. 193-221.

_____. **Propostas curriculares de História: continuidades e transformações**. In: BARRETO, Elba Siqueira de Sá (org.). Os currículos do Ensino Fundamental para as escolas brasileiras. Campinas/São Paulo: Autores Associados/Fundação Carlos Chagas, 1998. p. 128-161 (Coleção Formação de Professores).

_____. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BOSCHI, Caio César. **Por que estudar História?** São Paulo: Ática, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, SEB, 2017. Disponível em: Acesso em: 16/05/2018.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: Acesso em: 28 jun. 2018.]

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: Acesso em: 10 maio 2018.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia**, v. 5. 2ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 166 p.

BRAUDEL, F. **Gramática das civilizações**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

CAINELLI, Marlene Rosa. **A construção do pensamento histórico em aulas de história no ensino fundamental**. Tempos Históricos. Volume 12. 1º semestre 2008, p. 97-109.

CERTEAU, Michel de. **A operação histórica**. In: NORA, Pierre e LE GOFF, Jacques (orgs.). História: Novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, v. I p. 17-49.